



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

VANDA SIBAKADI GOMES DA SILVA XERENTE

**OS BRIGADISTAS XERENTE: TERRITÓRIO, MANEJO E PREVENÇÃO
INTEGRADA DO FOGO (TOCANTINIA-TO)**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Vanda Sibakadi Gomes da Silva Xerente

**Os brigadistas xerente: território, manejo e prevenção integrada do fogo
(Tocantínia-TO)**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Dra. Rosemary Negreiros de Araújo

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

X6b Xerente, Vanda Sibakadi Gomes da Silva.

Os brigadistas xerente: território, manejo e prevenção integrada do fogo (Tocantina-TO). / Vanda Sibakadi Gomes da Silva Xerente. – Miracema, TO, 2024.

47 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2024.

Orientador: Rosemary Negreiros de Araújo

1. Povo Xerente. 2. Brigadista Xerente. 3. Tocantina-TO. 4. Território Xerente. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VANDA SIBAKADI GOMES DA SILVA XERENTE

OS BRIGADISTAS XERENTE: TERRITÓRIO, MANEJO E PREVENÇÃO INTEGRADA
DO FOGO (TOCANTÍNIA-TO)

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Serviço Social foi avaliado para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dra. Rosemary Negreiros de Araújo, Orientadora (UFT).

Prof. Dra. Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, Examinadora (UFT)

Prof.^a Msc Edith Smikidi da Mata de Brito, Examinadora - Seduc-TO (CEMIX)

Dedico primeiramente a Waptokwasaure, (Deus Grande) aos meus filhos, que foi o meu principal incentivador para permanecer na universidade, e em especial ao meu pai e avô (in memoriam) que infelizmente não poderá me ver formada, mas sei que de onde quer que esteja, estará muito feliz com a concretização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Quando fiz a escolha por este tema, não pensei que, pesquisar o meu TCC, me ajudaria a pensar na natureza, e pela conscientização da humanidade, minha trajetória escolar, acadêmica, e a vontade de concluir meu curso e poder fazer algo junto ao povo xerente, que assim quero contribuir com nosso planeta. Concluir a graduação, em uma universidade pública, é um passo gigantesco para qualquer pessoa, e quando se trata de estudantes vindos de escolas públicas, com um ensino precário, ser indígena com pouco acesso a informações e oportunidades, precisa ser vista como uma grande vitória e é por isso que não poderia deixar de agradecer àqueles que se fizeram essenciais durante esse processo.

Ao Waptokwasare, (Deus Grande) por ter me sustentado durante todo esse percurso, e por todas as pessoas que colocou em minha vida durante minha trajetória, sem a fé de que tudo é por um propósito, nada disso teria sido possível. Agradeço também aos meus filhos Luana, Gustavo, Cláudia, Wanderson, meus netos Gabriella, Yoran, Yasmin, Sofia, Ryan, Alice, Yoran, Maria Clara e Pérola, aos meus Irmãos, em nome do Pedro Paulo, João Wellington e aos demais pelo incentivo e apoio.

Agradeço em especial aos meus avôs, Raimundo Tikwa Xerente e Maria Rosa keti Xerente (in memoriam) que me fizeram ser quem sou e não me deixaram faltar nada dentro de suas condições, certamente vocês foram a minha dose diária de força e persistência e continuarão a ser para sempre, minha meta sempre será dá orgulho a vocês, muito obrigada por tudo.

Minha gratidão aos meus primos, Edivaldo e Elizabeth por todo apoio, carinho e preocupação que sempre tiveram comigo, mesmo de longe, vocês são parte fundamental de quem eu me tornei.

A amiga que se tornou tão importante quanto a família, Marta Velle Karajá, (in memoriam).

Minha gratidão às pessoas das aldeias do povo Akwẽ Xerente, obrigada por me permitirem ser quem sou, por me ensinarem o verdadeiro significado de amizade, de companheira, irmã, com vocês o peso que é a graduação se tornou mais leve e prazeroso, aliás, tudo com vocês se intensifica, de uma forma boa, farei de tudo para que seja assim para sempre.

Obrigada Kamilla Soares, minha nora, por me ajudar, sempre topar tudo, por nunca me julgar, obrigada por fazer parte da minha vida, obrigada por coisas que você já fez e que eu talvez tenha esquecido, sou grata por tudo que você é.

A minha cunhada Ana Shelley que nos momentos difíceis sempre apareceu com seu jeito simples tenha uma palavra amiga que me fortaleceu.

Por fim, mas importante, agradeço a minha professora orientadora Rosemary Negreiros, pelo incentivo, pelo conhecimento passado e por se tornar uma amiga pessoal durante esse processo árduo, obrigada por tudo.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram ao longo da minha graduação direta ou indiretamente, saibam que não teria conseguido sem vocês, muito obrigada.

RESUMO

Este estudo é um Trabalho de Conclusão de Curso do Curso (TCC) de Serviço Social da UFT/Miracema. Tem o objetivo de conhecer como se dá a integração dos conhecimentos tradicionais e técnicos do povo Akwê-Xerente em busca de soluções aos incêndios no território indígena e ainda identificar a trajetória dos brigadistas no combate ao fogo e no reflorestamento para manutenção do Cerrado. O compromisso do Serviço Social com a questão ambiental, é que esta profissão possui um caráter sociopolítico, crítico e interventivo, a questão ambiental um grave e urgente problema da humanidade, cabe a esse profissional um compromisso com as “novas demandas” junto à sociedade. A conscientização quanto à conservação da natureza, deve ocupar lugar de destaque na formação dos estudantes e profissionais dessa área, a fim de construir e constituir cidadãos com pensamento e visão críticos acerca da realidade sobre a questão ambiental. O Tocantins é um dos estados que enfrenta maior número de queimadas, segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). Através de uma abordagem qualitativa, a reflexão que se apresenta neste trabalho foi elaborada a partir de revisão bibliográfica e análise das experiências vivenciadas pelos profissionais do PrevFogo, com foco na articulação entre os saberes tradicionais e técnicos. Utilizamos os estudos de autores que discutem o papel do Serviço Social na questão ambiental, evidenciando o caráter sociopolítico e interventivo da profissão frente às queimadas e ao reflorestamento no Cerrado. Concluiu-se que a integração de conhecimentos tradicionais dos Akwê-Xerente com as práticas técnicas é fundamental para o enfrentamento eficaz dos incêndios no território indígena e para a preservação ambiental. Além disso, a trajetória dos brigadistas demonstra a importância de políticas públicas que valorizem tanto o saber local quanto às intervenções técnico-científicas, contribuindo para a manutenção do Cerrado e para o fortalecimento do compromisso socioambiental do Serviço Social.

Palavras-chaves: Brigadistas Akwê - Xerente. Manejo e preservação integrada do fogo Território Akwê-Xerente. Serviço Social.

ABSTRACT

This study is a final course project (TCC) for the Social Work program at UFT/Miracema. Its aim is to understand how the integration of traditional and technical knowledge of the Akwẽ - Xerente people occurs in the search for solutions to fires in the indigenous territory, as well as to identify the trajectory of the brigades in fighting fires and reforestation to preserve the Cerrado biome. The commitment of Social Work to environmental issues stems from the sociopolitical, critical, and interventionist nature of the profession, as environmental issues represent a serious and urgent problem for humanity. Therefore, Social Work professionals have a responsibility to address these "new demands" in society. Environmental conservation awareness should be emphasized in the training of students and professionals in this field to build citizens with critical thinking about environmental issues. Tocantins is one of the states facing the highest number of wildfires, according to data from the National Institute of Educational Studies (INEP). Through a qualitative approach, this study presents a reflection based on a literature review and an analysis of the experiences of PrevFogo professionals, focusing on the integration of traditional and technical knowledge. The study concludes that the combination of the Akwẽ-Xerente's traditional knowledge with technical practices is essential for effectively addressing fires in indigenous territories and for environmental conservation. Furthermore, the brigades' trajectory highlights the importance of public policies that value both local knowledge and scientific interventions, contributing to the preservation of the cerrado and strengthening the socio-environmental commitment of Social Work.

Key-words: Xerente brigades. Fire management and integrated conservation. Akwẽ Xerente territory. Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Brigadistas mulheres do Povo Akwẽ -Xerente.....	38
Figura 2 - Brigadistas Akwẽ -Xerente do sexo masculino.....	39
Figura 3 - Queimadas no TO	40
Figura 4 - Brigadistas na Aldeia	40
Figura 5 - Brigadistas atuando.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEPPIR	Coordenadoria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEST	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Minha trajetória e a chegada ao tema de pesquisa: a construção da proposta ..	12
1.2	O Acesso à Graduação na UFT/Miracema	17
2	A CONSERVAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO DO SABER TRADICIONAL DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	23
2.1	Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo para ampliar a visibilidade e participação das brigadas no país	24
2.2	O fogo e sua importância para o povo indígena Akwê-Xerente: o mito da criação do fogo.....	28
3	NOS DIAS DE HOJE, ONDE HÁ FUMAÇA HÁ BOI E MONOCULTURA	32
3.1	Incêndios em territórios indígenas no Tocantins e Brigadas Indígenas no Tocantins	34
3.2	Brigadistas Akwê -Xerente falam de sua experiência no Prevfogo.....	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

O presente TCC cujo título é “Os brigadistas Akwê Xerente: Território, manejo e prevenção integrada do fogo (Tocantínia-TO)”, tem como objetivo compreender como se dá a integração dos conhecimentos tradicionais e técnicos desse povo, em busca de soluções aos incêndios no território indígena Akwê-Xerente e ainda a trajetória dos brigadistas no combate ao fogo e no reflorestamento para manutenção do Cerrado, este território indígena fica situado no Cerrado do Tocantins, no município de Tocantínia (TO). O povo Xerente se autodenomina Akwê, o território é composto pelas terras indígenas Xerente e Funil, localizadas a cerca de 70 km ao norte da capital, Palmas. Farias (1994) afirma que a TI Xerente ficou demarcada com 167.142 hectares por meio de um decreto presidencial, o decreto deixou de fora da demarcação a região onde estava localizada a aldeia Funil devido aos conflitos existentes entre os indígenas e os moradores de Tocantínia, cidade situada no meio da reserva Xerente e Funil. A demarcação da TI Funil ocorreu somente em 1991, quando a reserva foi integrada à área Xerente já demarcada em 1972 (Farias, 1994).

Segundo o Sistema de Informação de Saúde Indígena (Seagi-2024), os Akwê Xerente. Contam com uma população de aproximadamente 4.091 pessoas, distribuídas em cerca de cento e seis aldeias no município de Tocantínia, se incluirmos os indígenas moradores da cidade, a população atual chega a quase seis mil indígenas. Por fim, apresento o formato desta monografia que está dividida em parte introdutória, nela faço uma narrativa de minha experiência de vida e a aproximação com o tema de pesquisa, o qual vem compondo a Introdução. O capítulo 1, traz a concepção de conservação como uma dimensão tradicional dos povos originários e comunidades tradicionais, uma abordagem sobre a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo para ampliar a visibilidade e participação das brigadas no país, e a importância do fogo para o povo indígena Akwê-Xerente apresentando o mito da criação do fogo, seguindo de um tópico sobre o uso do fogo de forma abusiva, descontrolada, intitulado de “Nos dias de hoje, onde há fumaça há boi e monocultura”.

O capítulo 1, apresenta uma reflexão sobre a conservação como uma dimensão tradicional de povos originários e comunidades tradicionais, e ainda uma abordagem sobre a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo para ampliar a visibilidade e participação das brigadas no país, a importância do fogo para o povo indígena Akwê: o mito da criação do fogo. “Nos dias de hoje, onde há fumaça há boi e monocultura”, é o título do capítulo 2, que traz uma reflexão sobre o uso do fogo de forma abusiva, descontrolada. Mostra como ocorrem os incêndios em territórios indígenas no Tocantins e o papel das Brigadas Indígenas no Tocantins, principalmente dos Brigadistas Akwê -Xerente, os quais falam das experiências no

Prevfogo. Por fim, finalizamos esta monografia apresentando algumas considerações finais sobre o tema de pesquisa.

1.1 Minha trajetória e a chegada ao tema de pesquisa: a construção da proposta

Estou incluída nesses números populacionais mencionados na introdução do texto, uma vez que sou Akwẽ Xerente, é daí que vem minha familiaridade com o tema que advém de minha própria vivência, minha experiência enquanto indígena. Nasci na aldeia Porteira, situada na TI Xerente no município de Tocantínia-TO, ao completar quatro anos de idade fui deixada pela minha mãe com meus avós paternos onde moravam, iniciei meus estudos na aldeia até os treze anos de idade, meu avô paterno era analfabeto, porém tinha uma vontade muito grande que a neta tivesse estudo, a partir disso conseguiu um local com uma família na cidade da então chamada Miracema do Norte, ainda pertencente a Goiás, para eu, uma menina indígena adolescente estudasse. Assim se deu o início da vida escolar fora da aldeia, uma mudança radical em minha vida.

Minha família vivia do que produzia, produtos retirados da terra sem os agrotóxicos utilizados hoje, morávamos na aldeia Cercadinho, não haviam queimadas como hoje, meu avô era muito cuidadoso com a roça, o fogo só era usado de forma muito controlada, realizava-se o Aceiro³, ou seja, era feito a limpa ao redor da roça, retirava-se a mata. O Cerrado garantia a produção dos frutos nativos, importante para a coleta e a diversão das crianças e com a soberania alimentar de toda a família indígena e de comunidades tradicionais do Cerrado. A fala a seguir é de uma camponesa do Cerrado em audiência pública em dezembro de 2017 em Correntina, Bahia.

Somos vítimas de um processo de desenvolvimento que não nos considera, que não nos respeita. Que os nossos filhos, e os filhos que ainda vamos ter, tenham acesso aos gerais, que possam ir passear e ver as veredas, catar pequi, comer mangaba, comer puçá, que possam ter a vida que nós tivemos, a infância que nós tivemos. O que nós queremos é isso. Que respeitem nosso povo! (Porto Gonçalves, 2019, p.6).

Nós indígenas somos os habitantes originários do território brasileiro, povos que já estavam presentes aqui antes da chegada dos europeus no final do século XV. Nosso modo de viver foi sempre utilizando dos biomas com responsabilidade, porém foram séculos de opressão e até hoje existem uma série de obstáculos, impactando a vida dos povos indígenas do Brasil, uma delas é a demora na demarcação das terras indígenas e outras mais, como o desrespeito a essas demarcações por fazendeiros, garimpeiros e madeireiros, que invadem

ilegalmente essas terras.

Nesse clima de dificuldades impostas pela sociedade capitalista, que domina até os dias atuais, me deparei com um grande desafio e fui trabalhar na casa de uma família, cuidando de três crianças, vivenciando uma nova forma de explorar as forças produtivas de trabalho, assim se dá a formação desse espaço socioeconômico e cultural. Em vista disso:

A classe trabalhadora no Brasil foi formada por um conjunto de determinações que congregam a colonização, o trabalho cativo, o tráfico negreiro, a escravização e a imigração. Esses complexos de complexos se inter-relacionam e compõem o racismo como resultado da formação socioeconômica e cultural brasileira, que tem na ordem senhorial a principal herança ideológica da classe dominante nacional e as causas das consequentes manifestações de racismo e preconceitos sociais. (LARA; BARCELOS, 2020, p. 218-219).

Entre os povos indígenas essa realidade é ainda pior, visto que a maioria vive em situação de descaso, com pouco acesso a água encanada e tratada, mesmo estando no bioma que é o gerador das águas, considerado por muitos como um importante berço das águas do Brasil, tão importante para a disponibilidade dos recursos hídricos no país quanto a Amazônia. O principal motivo dessa consideração é o fato de esse domínio morfoclimático concentrar uma área que abriga nascentes de importantes rios, beneficiando oito entre as doze grandes bacias hidrográficas brasileiras, ausência de saneamento básico (tratamento de esgoto), insuficiência na cobertura dos serviços de saúde, falta de uma educação de qualidade e diferenciada, emprego e renda, porém, o que mais nos preocupa em relação a cultura e modos de vida dos povos indígenas do Tocantins e comunidades tradicionais do Cerrado, é que esses vivem do extrativismo vegetal e animal do Cerrado, e as queimadas comprometem essa produção dos frutos nativos. Além disso, o Cerrado, constitui como uma conexão com outros biomas a partir do alimento mais fundamental que são as águas, conforme afirma Carlos Walter Porto Gonçalves (2019).

O próprio Cerrado é, em si mesmo, uma ode ao diálogo na diversidade. Bioma dominante no Brasil Central, o Cerrado faz contato com quase todos os outros biomas brasileiros e, nessas variadas tensões ecológicas, multiplica suas riquezas em interação com as riquezas da Amazônia, da Caatinga e da Mata Atlântica. Ademais, como berço das águas que é, o Cerrado presenteia não somente seus povos, como também os povos que vivem nesses outros biomas, com fundamentais rios e aquíferos, desde vários afluentes do Madeira ao Velho Chico, do rio Paraná ao Parnaíba, do Doce ao rio Paraguai. (Porto Gonçalves, 2019, p.3).

É claro que no passado não existiam essas alertas vindo da comunidade científica como no presente, porém indígenas e comunidades tradicionais sempre foram os verdadeiros

defensores dos biomas, na medida em que utilizavam e utilizam o bioma para manutenção de seu povo e comunidades, com responsabilidade. Sendo assim, é acertado dizer que:

Ao longo dos séculos, esse sistema vem alimentando as comunidades, fornecendo materiais para construir suas casas, gerando remédios para doenças. O conjunto de saberes em torno dos ciclos da natureza e de seu sistema de manejo faz parte do que se denomina “conhecimentos tradicionais”. Os povos indígenas, por sua intimidade com os ambientes que habitam, também sabem perceber com maior antecedência os sinais de desequilíbrio e reagir para restabelecer o ambiente. Por exemplo, quando percebem que uma terra está “cansada”, fazem o pousio para que ela possa se regenerar. O resultado disso? As florestas dentro das terras indígenas estão em sua grande maioria preservadas. (Paula Mendonça, 2021, s.p).

Com base na citação acima, é importante mencionar que a vida na aldeia, nosso dia a dia, se dava da seguinte forma: meu avô trabalhava com agricultura, pesca, minha avó ajudava na atividade doméstica. Antes de ir para escola, eu sempre ajudava minha avó nos serviços domésticos e depois ia para a roça colher feijão andu, fava e mandioca, que era o sustento da família, foi um dos períodos mais difíceis pelos quais passei, pois, a família não tinha renda, somente da lavoura, demandava um esforço muito grande para sobrevivência.

Morei na cidade de Miracema do Norte até concluir meus estudos do curso de Técnico em Enfermagem no Colégio Tocantins, logo ao concluir o curso, foi mais um desafio na vida, partindo do antigo estado do Goiás para capital do Brasil, Brasília, em busca de oportunidades de emprego pela melhoria de vida, em busca de ascensão social, é este o caminho a ser trilhado por quem pretende sair do estado de pobreza em que muitos vivem.

Meus avós sempre me incentivaram a continuar estudando, pois segundo eles, essa era a única herança que poderiam deixar, mal sabiam, que a herança mais valiosa eles já haviam me deixado, pois suas lutas para dar-me o mínimo de conforto e de valores humanos, valeram muito mais que qualquer valor financeiro ou material. O que eu tenho hoje aprendi com eles, no sentido de ser uma mulher de caráter, honesta, que respeita o próximo, devo a eles. E se perguntarem-me, se queria ter nascido em outra família, responderia sem titubear que não, não mudaria nada da história, ainda que seja uma história recheada de lutas diárias, mas é isto que faz a individualidade enquanto ser humano, e isso é impagável.

Instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. (BRASIL, 2004).

Depois de ter concluído o ensino médio, pretendia continuar os estudos, mas tinha que trabalhar longe de meu povo indígena, após muitos anos, pois entendia que tinha que voltar e

haveria mais chances de continuar a estudar e realizar meus sonhos na tentativa de fazer a prova do Enem. Fiz algumas tentativas e consegui aprovação através da prova do Enem, pelo Sistema de Cotas, obtive um bom resultado.

Ao prestar o vestibular usei a nota do Enem através do sistema de cotas para indígenas, para tentar uma vaga para o curso de Serviço Social através do SISU e conseguir me inscrever na universidade. O início foi doloroso, no processo de adaptação, pessoas novas, a realidade diferente, mas era a única esperança que possuía de conseguir cursar a graduação. Conquistei uma bolsa através do Programa Bolsa Permanência - MEC, conseguindo continuar no curso.

Durante toda a minha trajetória, desde que saí da aldeia sempre trabalhei e atualmente estou como técnica de enfermagem lotada no Hospital Regional de Miracema do Tocantins. A vida da maioria dos povos indígenas é constituída de muita luta pela sobrevivência, com poucas oportunidades nos aspectos, educação, saúde, emprego, lazer, sendo a perspectiva de vida restrita aos poucos jovens que saem para estudar na cidade, por não terem condições de sobreviverem fora, o incentivo por parte dos administradores públicos é quase inexistente, deixando que o círculo vicioso de evasão escolar, do alcoolismo, drogas então presente entre os jovens das comunidades indígenas, não existe outra visão de mundo, são poucas oportunidades, de viajar para fora, de estudar, de buscar um futuro melhor.

Estou incluída dentro desse processo de quem teve oportunidades, sou, portanto, uma exceção dentre muitas que residem em aldeias, e estar numa universidade pública hoje, ter conseguido passar por todas as dificuldades, nunca será mérito, mas sim fruto de muita luta, até por sujeição a alguns trabalhos, por ter tido algumas oportunidades, por receber ajuda, mas nunca por mérito. Não dá para ter mérito se não existem oportunidades iguais, não poderia competir com quem sempre teve todas as oportunidades e que viveu sempre em outra realidade.

O acesso à universidade é alheio para os estudantes indígenas que ainda residem nos seus territórios, o ensino básico não é suficiente para inserção dos alunos no ensino superior, a defasagem do ensino público, a falta de investimento do Estado em educação pública de qualidade e com equidade, em nada favorece esses estudantes, por esses e tantos outros motivos a lei de cotas é considerada um mecanismo de inclusão de grupos minoritários, como é o caso de estudantes indígenas, mas não só deles.

Por fim, este capítulo introdutório teve o intuito de apresentar o tema e um pouco das complexidades de minha história de vida, buscando delinear alguns pontos de luta, a partir de quando saí da aldeia, quando vivi um misto de sentimentos, medos, incertezas, ansiedades,

entre outras coisas, apesar de ser bem vivida, de haver rompimentos e recomeços, afinal um desafio, o estudo, trabalho e relações sociais. A relação com meus filhos também me preocupava, já que todos ficavam apreensivos, era natural que eles ficassem aflitos.

Sabia que com o tempo voltaria o adolescente até mesmo não se sentiria mais pertencer àquele lugar, como já se sentira em relação a sua comunidade devido ao distanciamento, como se não pertencesse a lugar nenhum, hoje percebe por que isso acontece, a sociedade está a todo tempo nos moldando para nos encaixar em modelos e padrões que não são os nossos, isto se acentua muito mais quando se trata de uma mulher, indígena, a carga que traz todos esses sinônimos, interfere no modo de pensar, no agir, no comportamento, na autoestima e cria a necessidade de pertencer a um padrão.

Eu sempre busquei adaptar-me aos lugares pelos quais residi, o primeiro processo de adaptação com certeza foi o mais difícil, pois saí da aldeia para uma cidade, com realidades completamente diferentes, um mundo de coisas alheias à realidade na aldeia. Escolas com uma estrutura deteriorada, mas que aos olhos de menina sonhadora, que vinha de um lugar onde faltava quase tudo, era mais que suficiente, pois, na aldeia existia apenas uma escola, com três salas pequenas e o ensino chegava até a 4º série do fundamental e sem nenhuma estrutura.

Indo para a cidade foi por não ter o ensino médio, a educação pública nem se falava nas aldeias, são muitos os fatores que contribuíram para isso, como por exemplo: a estrutura da escola era boa, naquela época construída com recurso da Igreja Batista do Brasil, suficiente para atender mais de uma turma estudando em uma única sala (classes multisseriadas).

O Estado naquela época não investia em educação básica para indígenas, não levava em consideração as condicionalidades que são gritantes para estudantes oriundos de comunidades indígenas, que tiveram essas condições de ensino, concorrer a uma vaga no vestibular com pessoas que tiveram condições melhores e que certamente terão melhores resultados, não pode e não deve ser considerado mérito, não tem como ser mérito quando você está competindo com alguém com condições inferiores.

Enquanto pessoas indígenas, recebendo do poder público condições mínimas para uma formação que requer investimento, e ainda cobram desses, igualdade com aqueles que sempre foram privilegiados, vindo de lugares discriminados e esquecidos pela sociedade racista a qual estão inseridos, mesmo assim tentam sair para conseguir um futuro diferente de seus antepassados, amparados pelos poucos direitos que conseguiram até hoje, através de tantas lutas.

Como alguém que viveu ou vive nessas condições poderia competir igualmente por uma vaga no vestibular, com alguém que diferente da maioria da população indígena possui amparo, com uma família que banca os estudos, condições para estudar em escolas boas, há que se buscar em vez de igualdade, equidade, abrindo caminhos para indígenas que tenham como competir em iguais condições, e não como ocorreu por tantos anos no Brasil, com passos à frente, um pouco dessa realidade que é de muitos indígenas sem condições mínimas para ter uma educação básica.

Muito já foi negado a estes grupos, povos, mesmo depois de mais de 500 anos da chegada dos portugueses ao território que hoje é o Brasil, uma política racial descaradamente e de forma cruel, sem garantia de nenhum direito.

As condições na Universidade, através das cotas raciais, possibilitam àqueles que como a estudante possuem poucas perspectivas, a entrada em uma universidade, e mudar algumas estatísticas, afinal, ainda que sempre existissem políticas públicas e sociais, estas nunca foram suficientes para erradicar as desigualdades desse país e muito menos para reparar o passado de perdas dos indígenas.

Ao voltar a estudar depois de mais de trinta anos deparei-me com uma realidade completamente diferente, jovens, cultura diferente, pessoas não tão acolhedoras, um conservadorismo que até então, não havia percebido ou não era desconstruída o suficiente para perceber, muitos comentários xenofóbicos antes mesmo de entender que aquilo se tratava de preconceito. Aos poucos foi se adaptando e conhecendo algumas pessoas, e surgiram muitos novos desafios ao ingressar na UFT.

1.2 O Acesso à Graduação na UFT/Miracema

Quando consegui a nota do ENEM em 2017, fiz a inscrição no processo seletivo complementar da Universidade Federal do Tocantins campus de Miracema, usando a reserva de vagas/cotas destinadas aos estudantes indígenas, em agosto, após o resultado, ingressei no curso de Serviço Social. Foi outro impasse, considerando a distância de casa para o serviço no Hospital Regional de Miracema, mas sempre foi um sonho fazer uma graduação, e mais ainda na universidade pública, foi isso o que motivou a dar prosseguimento com a matrícula e estudar.

Sendo o principal motivo fazer uma graduação, sem dúvidas, a esperança de mostrar para mim mesmo que era capaz, e de cursar em uma universidade pública. O critério utilizado foi o da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2017 para os cursos de

Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Miracema como primeira opção foi Enfermagem, na Universidade Federal do Tocantins-UFT-Palmas, segunda opção e aprovação para a vaga no curso de Serviço Social na UFT.

As adversidades do acesso de estudantes indígenas ao ensino superior público, surgem desde o início, no momento de efetivar a matrícula, pois, não há suporte algum para alunos indígenas, não há acolhimento, esta estudante adentrou os portões da UFT como mais uma indígena, sem saber o que a esperava, sem saber o que fazer, insegura e cheia de dúvidas e incertezas, sem ninguém para guiar além da burocracia para realizar a matrícula. A linguagem usada nos editais era alheia à realidade dos alunos que tentam ingressar na Universidade, muitos termos desconhecidos que acabam por dificultar ainda mais o processo de matrícula dos ingressantes, pois a maioria destes já trazem consigo o fardo de uma educação defasada.

Seguindo a lista de documentos exigidos pela instituição, dirigi-me para a Secretaria Acadêmica a fim de realizar a matrícula, porém era necessário que além dos documentos pessoais, apresentasse uma declaração de reconhecimento, assinada por três representantes de meu povo, o cacique de minha aldeia e mais duas lideranças, por último, ser reconhecida firma de um, e mais duas cópias autenticadas.

Esse processo, essa exigência, não leva em consideração o lugar de onde vem o estudante indígena, suas dificuldades em acessar a universidade, sua cultura, linguagem e história, o que sempre enfrentou, o racismo que sofre, nada disso é considerado. Além de tudo isso, a dificuldade de se conectar a outras pessoas faz com que alunos vindos dessa realidade, não se sintam pertencentes a certos lugares. Quando iniciei os estudos no primeiro semestre do curso, não conseguia me relacionar com ninguém, ficava isolada nos intervalos, não interagia com outros alunos pela sua idade, não via semelhança e não sabia como começar um diálogo, tinha uma estudante indígena naquele período, mais jovem, não tivemos acolhimento por parte da comunidade universitária.

Tudo isso dificultava com outros alunos, somente no segundo semestre fui procurada por uma professora, que mais tarde escolhi como orientadora deste TCC, foi esta que a apresentou aos demais estudantes indígenas, ouviu-me, ouviu a minha história e incluiu-me nos grupos com outros estudantes, foi o único acolhimento recebido de algum professor do colegiado do Serviço Social.

Estar em uma Universidade sempre foi e continua sendo um sonho, apesar dos desafios de acesso e, principalmente de permanência, fui a primeira indígena/mulher com a idade avançada a ingressar em um curso superior no Câmpus de Miracema/UFT, a primeira da comunidade povo Akwẽ Xerente a entrar através das cotas em uma universidade pública federal, de certo que isto foi o que incentivou-me e desafiou-me a continuar no curso, para

que outras pessoas se sentiram encorajadas a também continuar os estudos, para que aproveitem as poucas oportunidades que lhes são dadas.

As cotas raciais deram a mim, mas também a centenas de pessoas indígenas a oportunidade de adentrar as universidades, lugar que por muito tempo foi negado aos indígenas, assim como tantos outros. As cotas também “deram” a nós estudantes indígenas a oportunidade de nos nivelar a estudantes que diferentes de nós, tiveram condições de estarem em cursos pré-vestibular, em escolas particulares, com os responsáveis dando todo suporte necessário para que eles conseguissem um bom resultado e alcance de seus sonhos. Diferente dos estudantes indígenas entre outras minorias, que precisam trabalhar para se manter, com um ensino público defasado. As cotas minimizam a falsa meritocracia e colocam as minorias em lugares com equidade, considerando suas condicionalidades.

Já passou da hora de o Brasil assumir, que há ainda hoje uma superioridade inventada por parte da sociedade branca em relação aos indígenas, de reconhecer que existe um povo que foi e continua sendo tratado como invisível, mesmo depois de tantos anos de discriminação e desvantagem, desta forma: A universidade faz identificar no decorrer do processo formativo, barreiras e preconceitos e por estar nesse espaço através da política de cotas, força a sociedade a deixar visível o racismo estrutural que sempre existiu e questionar por que há tão poucas pessoas indígenas nesses espaços, espaço esse que deveria ser de protagonismo, de lutas de todos os setores, de acolhimento e de resistência, mas que ainda deixa muito a desejar, e demonstra que o enfrentamento deve ser contínuo e em todos os espaços: “há que pensar a formação universitária como possibilidade de enfrentar, superar intolerâncias, o que implica buscar meios de suprimir desigualdades seculares” (Silva, 2003, p. 51).

A UFT possibilitou não só a esta indígena/estudante, mas a muitos estudantes indígenas, pobres, deficientes, entre tantos outros, oportunidade de estar em uma Universidade Pública, acessando por um mecanismo transitório, mas que para os dias atuais se fazem necessários que são as cotas, é claro que muito precisa-evoluir, porém ter estudantes indígenas nesses espaços, representa esperança, resistência, enfrentamento, luta, denuncia o racismo estrutural existente na sociedade e, principalmente coloca indígenas para narrar suas lutas, contar suas histórias, retomar seu lugar de fala, lugar esse que está sendo ocupado pelos brancos a muito tempo.

Mesmo com os desafios enfrentados, realizei um curso importante é o que eu desejava, o qual possibilitou uma formação diferenciada, trazendo reflexões importantes, que me fizeram refletir sobre os problemas enfrentados em minha vida, narrados acima, mas principalmente os voltadas para a questão social, que impactam a vida de meu povo, como a

questão ambiental, sendo um deles as queimadas que ocorrem nos territórios indígenas, foi isso que me fez despertar para este estudo, considerando que habitamos um dos biomas mais afetados pelas queimadas, o bioma Cerrado, nele as queimadas podem ter origens diversas, desde a origem natural à origem antrópica. Quando ocorre em territórios indígenas, cabe ao Ibama, à Funai e, se oportuno, a outras agências, impedir, monitorar e reduzir a incidência do fogo através do Programa de Brigadas Federal (PBRIF).

Em relação à problemática da questão ambiental, o Conselho Federal de Serviço Social CFESS (2024), no documento “Questão ambiental é questão humanitária é assunto para assistente social!”, afirma que:

O debate sobre a questão ambiental no Serviço Social está na luta pelo direito à cidade e à moradia da população atingida pelos desastres, barragens e devastação; da população sem-teto, da população indígena e ribeirinha e outras que tiram da natureza seu sustento. (CFESS, 2024).

Com isso, o informativo reforça a “necessidade de enfrentamento das expressões da questão ambiental, que é também social”. (CFESS, 2024). É importante ressaltar que em 2012 foi criada uma política no sentido de formar e contratar brigadistas florestais para desempenharem suas funções específicas, sendo a maioria das atividades em territórios federais. Desde seu início, o Programa tem impacto no orçamento do Ibama e da Funai e nas terras indígenas que estas instituições atuam.

Neste estudo, que foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, fizemos uso de referencial bibliográfico e documental, complementados com a fala, os depoimentos de brigadista, a fim de conhecer a forma como esse grupo entende a integração dos conhecimentos tradicionais e técnicos em busca de soluções aos incêndios ocorridos nas áreas de estudo no cerrado.

Vale lembrar que é processo social cuja concentricidade se dá pela verbalização das pessoas, individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”, isso nos leva a entender que a vivência é única e singular a cada indivíduo, negando a possibilidade de que lembranças e recordações podem ser iguais para diferentes indivíduos.

A fim de uma aproximação com o problema, tendo e chegar a novas descobertas, considera-se algumas questões, tais como: Quando iniciou a brigada indígena Xerente? Quais os objetivos desta brigada? Quantos brigadistas são? E que ações desenvolvem dentro da comunidade? E como a comunidade recebe essas ações?

Para fundamentação do percurso metodológico nos baseamos em Passerini (2011), a

qual entende que:

Na verdade, os depoimentos e as memórias produzidas no momento da dissociação são válidas como declarações genéricas, porque representam efetivamente uma quebra no silêncio que o indivíduo mantinha anteriormente em relação à lei. Embora a linguagem desses documentos seja influenciada pelas circunstâncias (tons burocráticos ou de natureza formulaica), eles são valiosos e interessantes por um aspecto duplo: vemos as testemunhas recusando justificações externas, e buscando justificações no interior de seus próprios percursos” (PASSERINI, 2011, p. 85).

O estudo de Luisa Passerini é importante pois contribui para que as memórias retidas sejam visibilizadas, no caso dos indígenas que são povos esquecidos, invisibilizados pela sociedade e pelo Estado. Pois, “os depoimentos e as memórias produzidas no momento da dissociação são válidas como declarações genéricas, porque representam efetivamente uma quebra no silêncio que o indivíduo mantinha anteriormente em relação à lei”. (Passerini, 2011, p 85). E, em relação aos brigadistas Xerente e a comunidade indígena, de como recebem as atividades realizadas por eles junto ao território, se ocorre uma sensibilização por parte e se conseguem alcançar as pessoas, ao ponto de haver engajamento com as ações praticadas e quais são estas ações?

Na Terra Indígena Xerente (TI) são 55 brigadistas, destes 25 brigadistas são responsáveis por cuidar da TI Xerente, e 30 brigadistas são de apoio Nacional para dar apoio no Brasil e especialmente fora do País como Canadá.

O período de contratação dos brigadistas, tu parte a partir de um decreto emergencial, onde o Governo Federal decreta situação de emergência autorizando órgão ambiental a fazer o contrato temporário, geralmente os contratos inicia no mês de maio e finaliza no mês de novembro, então são seis meses de contrato, quem entra no mês de maio e vai até mês de outubro e outra turma entra no mês de junho e acaba mês de novembro, são seis meses por temporada.

Esse trabalho de preservação ambiental, é realizado pela defesa civil municipal, que contrata os brigadista para apoio dentro do território indígena, o governo do estado também trabalha através de contratação de brigadista do Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, o governo federal através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Ibama, Prevfogo Ibama e também o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, que contratava para parque nacional.

A TI Xerente tem uma associação formada por brigadistas, e essa associação desenvolve atividades, ao longo de todo o ano, as atividades são voltadas para área ambiental tem como parceiros a Prefeitura, Ibama, Instituto Federal do Tocantins, Embrapa, Serviço

Florestal Americano e Funai, juntos e colaborando fazendo com que atividades aconteçam paralelo a atividade do Prevfogo.

A ação dos brigadistas se dá por diversos motivos, principalmente pela sua proximidade com a cidade de Tocantínia, com a capital Palmas, e ainda por este ser cortado pela BR 010.

2 A CONSERVAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO DO SABER TRADICIONAL DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A questão ambiental é motivo de preocupação de diversos segmentos da sociedade, neste cenário, novas concepções vêm sendo adotadas, visando alcançar uma proteção efetiva da natureza, as quais geram amplas discussões em diferentes esferas políticas, presentes do nível local ao global.

O conceito de conservação 1 é o cerne deste estudo, tomaremos como base a concepção de conservação, a partir das leis brasileiras, conservação significa proteção dos recursos naturais a partir de uma utilização racional, garantindo sua sustentabilidade e existência para as futuras gerações.

Sendo assim há novas concepções adotadas, com o intuito de alcançar uma proteção efetiva da natureza, estas geram discussões em diferentes esferas políticas, presentes do nível local ao global, passando a abranger as populações tradicionais e seus respectivos conhecimentos, que de acordo com Pereira e Diegues (2010), esta nova perspectiva é chamada de etnoconservação, numa proposta que busca associar a conservação da natureza com os conhecimentos tradicionais e o manejo dos recursos naturais que proporcionam.

A etnoconservação é uma das especialidades da etnociência, que desenvolve trabalhos que abrangem desde elementos da linguística até aspectos culturais e biológicos, visando compreender a classificação e significação dos recursos e fenômenos naturais. Neste sentido, há uma política voltada para estimular muito mais a criação de unidades de conservação, de uso sustentável, que é de cuidar, não se abre mão do cuidado com o meio ambiente, mas com as populações, com a sociedade fazendo o uso, exercendo o seu direito de constituição, dos seus territórios, dos seus modos de vida, do que a criação das unidades de conservação de proteção integral, que são os parques, que tem ali a restrição de uso.¹

Cunha (2009) afirma que a discussão do reconhecimento dos saberes tradicionais e a necessidade de proteger os direitos dessas populações é fundamental. Segundo ela, "Os saberes tradicionais desempenham um papel crucial na preservação de ecossistemas e devem ser reconhecidos como parte integrante das políticas de desenvolvimento sustentável" (CUNHA, 2009, P. 47).

A política voltada para povos e comunidades tradicionais tem avançado

¹ Enquanto que a preservação, que não é o foco de nosso estudo, visa a integridade e à perenidade de algo, o termo se refere à proteção integral, a própria "intocabilidade" e se faz necessária quando há risco de perda de biodiversidade, seja de uma espécie, ou de um ecossistema ou bioma como um todo.

significativamente nos últimos anos, refletindo um reconhecimento crescente da importância dessas populações na preservação ambiental, cultural e no desenvolvimento sustentável. Essas políticas buscam garantir os direitos territoriais, culturais e socioeconômicos dessas comunidades, muitas vezes marginalizadas no cenário nacional. A valorização dos saberes tradicionais, especialmente em áreas como manejo sustentável dos recursos naturais e proteção da biodiversidade, tem sido um ponto central dessas iniciativas.

No Brasil, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída em 2007, é um marco importante nessa trajetória. Ela visa garantir o acesso a direitos fundamentais, como a terra, saúde, educação e segurança alimentar, respeitando as especificidades culturais desses grupos. Entre os povos beneficiados estão quilombolas, ribeirinhos, indígenas e comunidades extrativistas, que possuem modos de vida diretamente ligados ao território.

O avanço dessas políticas está relacionado à ampliação do diálogo entre governo, sociedade civil e as próprias comunidades, promovendo uma governança mais participativa. Contudo, apesar dos avanços, muitos desafios permanecem, como a garantia efetiva da demarcação de terras, o combate à violência contra essas populações e a implementação adequada de políticas públicas que contemplem as particularidades regionais e culturais.

O fortalecimento das políticas de povos e comunidades tradicionais é essencial não apenas para a justiça social, mas também para a sustentabilidade ambiental, já que essas populações desempenham um papel fundamental na preservação de ecossistemas como a Amazônia e o Cerrado, colaborando diretamente para o equilíbrio ecológico e o combate às mudanças climáticas.

2.1 Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo para ampliar a visibilidade e participação das brigadas no país

Neste tópico iremos tratar sobre a importância da criação do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, o qual está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com representatividade de 1/3 da sociedade civil é posto-chave da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) Lei 14.944/2024, foi sancionada em julho deste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Ferreira, 2024).

O manejo Integrado do fogo pode ser uma abordagem nova para algumas pessoas e instituições públicas, porém é prática comum o uso tradicional do fogo nas comunidades Indígenas do estado do Tocantins para reduzir o material combustível acumulado, garantir a frutificação, caça, rota de fuga para os animais e limpeza de roça e ao redor das aldeias. No

entanto, unir conhecimento tradicional e diretrizes de atuação de instituição público implica em desafio no processo de construção do aprender a valorizar e respeitar o outro para partir daí construir estratégias que abarcam conhecimentos, técnicas e experiências almejando a harmonia entre os envolvidos, a preservação ambiental, conservação dos patrimônios naturais e da biodiversidade existente nas Terras Indígenas.

O Estado de Tocantins fica localizado na região norte do Brasil, encravado no bioma Cerrado e é composto por 14 Terras Indígenas (TIs), sendo nove regularizadas, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai) no site da internet, <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. As Terras Indígenas do Estado do Tocantins, além da assistência da Funai, no ano de 2013 começaram a ser atendidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o Programa de Brigadas Federais, executado pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), no que tange a preservação ambiental, prevenção, controle e combate aos incêndios florestais.

O fogo faz parte da cultura indígena desde seus ancestrais, sendo utilizado para cozimento dos alimentos, caça, limpeza de área para cultivo e moradias, entre outras utilidades. Ao longo do tempo a técnica de uso do fogo foi sendo aprimorada através das vivências e experiências empíricas, assim os indígenas aprenderam a manejar o fogo e utilizá-lo também na prevenção aos incêndios florestais reduzindo o material combustível. Todavia houve divergência deste conhecimento tradicional quando confrontado com a abordagem dos Técnicos e Brigadistas do Ibama.

As Terras Indígenas regularizadas do Estado de Tocantins, totalizando uma área de 2.374.610,83 hectares. O Cerrado cobre 90% do território estadual com clima tropical, variação de temperatura média no período de estiagem de 32°C, entre abril a setembro, e 26°C no período chuvoso, nos meses de outubro a março. O relevo da maior parte do Estado é caracterizado por depressão, com presença de planaltos no sul e nordeste, e planície no centro.

Para os indígenas da etnia Akwẽ -Xerente essa abordagem do manejo do fogo não é nova, o que há é a retomada do que se fazia antigamente, ou seja, o resgate do uso tradicional do fogo, pois no início da execução do Programa de Brigadas Federais, durante o curso de Formação de Brigada, promovido pelo Prevfogo/Ibama, os Brigadistas eram instruídos a não deixar queimar, todo fogo detectado deveria ser extinto (política do fogo zero). Essa postura provocou choque entre a cultura indígena e a estratégia adotada pela Brigada. No entanto, este conflito de posicionamentos foi conciliado através de reuniões entre servidores do

Prevfogo/Ibama (Técnicos e Brigadistas) e anciões (indígenas mais velhos), no qual estes passaram a orientar os Brigadistas sobre a importância do uso do fogo na época pós-chuva e técnicas utilizadas pelos seus ancestrais. Através dos diálogos e experiências os Técnicos e Brigadistas perceberam a eficácia daquela sabedoria tradicional aplicada no Bioma Cerrado e no ano de 2015 o Prevfogo/Ibama adequou sua atuação nas TIs para melhor atender as demandas indígenas no âmbito tradicional do uso do fogo com a prática das queimadas prescritas. Assim, criando um marco histórico de participação, zelo pelo uso do fogo, troca de conhecimentos e confiança.

Há uma satisfação dos indígenas em desenvolver o trabalho pensando na própria subsistência, pois quando são feitas as queimadas prescritas, aumenta a produção de frutas, mantém a população faunística, garante a caça, enfim é uma cadeia de objetivos positivos que o manejo do fogo proporciona e a Comunidade Indígena fica feliz por estar fazendo o que sabe, usando as estratégias que sempre usou para sobreviver. Os benefícios diretos são tanto na alimentação, quanto na saúde, pois quando é feito o manejo controla a biomassa diminuindo a ocorrência e severidade dos grandes incêndios florestais na época da seca.

A Comunidade Indígena vê com satisfação e gratidão a utilização da sabedoria dos seus ancestrais por uma autarquia federal da magnitude do Ibama. O qual ao perceber que estava usando estratégias equivocadas, deu oportunidade à Comunidade Indígena de construir juntos estratégias de Manejo Integrado do Fogo, tanto na aplicação da Educação Ambiental, formação dos Brigadistas, controle e combate aos incêndios florestais, quanto nas queimadas prescritas, desta forma proporcionando um processo de construção coletiva, seguindo as orientações dos Anciões, trocando experiências, ampliando as técnicas de queima e dando autonomia às Brigadas Indígenas em executar o trabalho de acordo com a realidade local.

A Comunidade Indígena vê com orgulho e muita preocupação, considerando o grau de periculosidade que a atividade de Brigadista tem. A Comunidade apoia os Brigadistas, os quais além de combater os incêndios florestais, proteger a biodiversidade das TIs, patrimônios natural e humano, desenvolve também trabalho socioambiental, consegue acessar todas as Aldeias, pela estrutura que o Ibama oferece, orienta, planta mudas de espécies arbóreas nativas, participa de eventos culturais, reuniões nas áreas educacional e de saúde, enfim a figura dos Brigadistas na Comunidade Indígena é vista como elo entre os Indígenas e o Estado Brasileiro.

O Tocantins nos últimos anos vem batendo recorde de queimadas, de acordo com levantamento do instituto nacional de pesquisa (Inep). A Cidade mais crítica do estado é

Lagoa da Confusão, em agosto de 2022 o estado aparece em 5º lugar na lista nacional. Este é um dos fatos problemáticos que se articula com o Manejo Integrado do Fogo e Prevenção e Combate aos Incêndios nas Terras Indígenas Xerente e Funil no cerrado do Tocantins, assegurando outras indagações, como é feito o manejo? Quais as estratégias usadas e os suportes oferecidos para as pessoas?

No ano de 2021 foi criada a primeira Brigada Voluntária Feminina do Brasil, conhecida nacionalmente, e são voluntárias nas ações de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, isso se justifica pela necessidade de contribuir na orientação às populações indígenas, realizando educação ambiental e esclarecendo as comunidades sobre as ações de Manejo Integrado do fogo, com ênfase nas queimadas descritas ou uso tradicional do fogo, sendo esta conquista uma das principais do povo Xerente, pois integrou mulheres aos problemas ambientais, causados pelos incêndios em épocas críticas.

No ano de 2015, fui a primeira mulher Xerente a competir na prova de força, junto aos homens, destacando que foi uma experiência única e desafiadora, na oportunidade fui selecionada e atuei como coordenadora junto a coordenação da Defesa Civil do município de Tocantínia-TO.

Concretamente, podemos citar que foi um legado de um dos projetos do Programa de Compensação Ambiental Xerente - Procambix, um convênio entre a Investico S/A, que é a concessionária responsável pela implantação e operação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, conhecida como UHE Lajeado, e a Fundação Nacional do Índio – Funai, na época eram chamados de Agentes Ambientais, o grupo formado para trabalhar a educação e fiscalização ambiental nos territórios indígenas Xerente e Funil.

Nesse sentido compreende-se que este TCC tem como tema: Os brigadistas dos povos indígenas Akwê Xerente, referente a sua importância na comunidade, pois além de fortalecer os laços interculturais e contribuir para um novo processo democrático, transfere mediante essas relações, novos conceitos significativos por meio da ampliação das discussões sobre a realidade indígena, suas práticas, costumes e conhecimentos ancestrais.

Para explicar o assunto sobre o tema da Brigada do Fogo, abordamos o senhor Pedro Paulo Gomes da Silva Xerente, Ex- Supervisor Estadual do Prevfogo/Ibama/TO, Ex-coordenador da Funai ,atualmente exercendo a função como Especialista em Manejo Integrado do Fogo, (Programa Specialist Integrated Fire Management, Programa Brasil, U,S.Forest Service International Programa, falando desde o começo do programa até o dia atual, no sentido de que estes proporcionarão uma melhor fundamentação empírica acerca da realidade, que discorre sobre a cultura e como ser compreendida trazendo um significado

para seus hábitos, costumes e linguagem do cotidiano e melhor compreensão do mundo em que vivemos.

Ao abordar os povos indígenas Nolasco (2016) afirma que o Estado do Tocantins, possui um número significativamente grande de populações indígenas citando algumas etnias dentre elas (Akwê-Xerente, Mehin-Krahô, Pahin-Apinajé, Iny-Javaé-Karajá Xambioá, os Krahó-Kanela, Avá Canoeiro e Guarani).

Melo e Giraldin (2012) destacam que no Estado do Tocantins o povo Xerente é a maior etnia e se autodenomina de Akwê atribuindo o significado na língua portuguesa de “gente”. Na cultura Akwê-Xerente, há uma organização exogâmicas, nas metades Doí (sol) e Wahirê (lua) e cada um é composto por três clãs, sendo eles: Wahirê: Wahirê, Isake- Krozake e Krãiprehie os da metade Doí: Kuzâ, Kbazi e Krito. (LIMA, 2016).

Dessa forma, a justificativa particular considera a importância de registrar e documentar o trabalho dos brigadistas Akwê-Xerente. Atualmente a política de meio ambiente se fala mundialmente e pouco se faz com mudança climática global. O Programa tem como parceiros Ibama, Funai e comunidades indígenas.

O povo Akwê -Xerente é uma das maiores etnias do estado do Tocantins e se autodenominam Akwê, definido na língua portuguesa como “gente”, pertencem à família linguística do tronco Macro-Jê e habitam as terras indígenas Xerente e Funil no município de Tocantínia-TO, conforme já dissemos anteriormente, localizadas à margem direita do Rio Tocantins. (MELO; GIRALDIN, 2012).

2.2 O fogo e sua importância para o povo indígena Akwê-Xerente: o mito da criação do fogo

Quase todos os povos indígenas brasileiros contam preciosas histórias sobre a origem do fogo e muitos relatam incêndios que teriam destruído a terra, assim como há histórias de inundações e dilúvios que exterminaram a humanidade. Na maior parte dos 200 povos indígenas brasileiros, a mitologia é ainda viva, transmitida oralmente de uma geração a outra. Nos Supriu de Rondônia, autodenominados Paiter (plural Paiterei), Gente Verdadeira, Nós Mesmos, com os quais convivi, ao todo, cerca de um ano e meio, o caráter histórico que conferiam à mitologia saltava aos olhos. Quando conversávamos sobre a teoria da evolução, de Darwin, por exemplo, afirmavam que sua teoria era semelhante, mas exatamente contrária: na sua história, diziam, os bichos, antigamente, no início do mundo, eram gente, e foram se transformando em animais segundo narrativas que contam. (BETTY MINDLIN, 2002, P.

149).

A seguir apresentamos o mito do fogo segundo o povo Akwê- Xerente, a história do fogo que conhecemos, os anciões narram que ...

Antigamente não existia fogo para o povo Akwê Xerente. Eles comiam as coisas do mato como casca de pau, macaúba, coquinhos do mato, etc. Eles comiam carne assada na pedra quente: a pedra ficava quente, eles colocavam a carne de caça na pedra que ficava assada. Os Xerente também mudavam muito da região onde eles ficavam e não moravam só em um lugar. Eles sempre andavam porque gostavam de fazer caminhada. Um dia um indígena foi caçar e encontrou dois filhotes de arara vermelha no morro; ele ouviu os gritos dos filhotes de arara e pensou em tirar os filhotes, mas não dava para ele subir onde estavam os filhotes. Ele pensou no cunhado mais novo que estava na aldeia. Ele voltou para a aldeia e chegou já à noite. Quando estava deitado com a esposa, ele lembrou que tinha encontrado os filhotes de arara vermelha, e falou para a esposa no outro dia que ele ia levar o cunhado mais novo para tirar os filhotes de arara. Quando amanheceu, eles foram tirar os filhotes de arara vermelha. Ao chegarem ao morro, o indígena tirou um pau comprido, para o cunhado subir no morro onde estavam os filhotes, mas o rapaz tinha pegado duas pedras brancas no caminho quando eles estavam indo para o morro. O cunhado subiu até o lugar onde estavam os filhotes de arara vermelha. Entrou onde estavam os filhotes, saiu de volta e falou para o indígena. Aqui não tem os filhotes, só tem dois ovos”. Aí o indígena deu um grito para o cunhado: “Tira os filhotes logo rapaz, e desce para nós voltarmos”. Aí o cunhado falou para o indígena “Aqui estão os dois ovos. Quer que eu jogue para você acreditar! Então o indígena falou para o cunhado: joga então os dois ovos que você está vendo! Ele entrou, pegou uma pedra e jogou no chão. A pedra quebrou igual a um ovo de arara vermelha O indígena se assustou e falou para o cunhado: “Tira a outra, vamos ver se vai quebrar igual a um ovo!” O cunhado entrou de novo e pegou a segunda pedra; ele jogou de novo, a qual quebrou igual a um ovo. Depois disso, o indígena falou para o cunhado: “Pega a outra!” Mas o cunhado falou: “Não tem mais ovos!” Mas o indígena falou para ele, pediu para entrar de novo. O cunhado obedeceu. Logo após ele entrar, o indígena tirou o pau que o cunhado tinha subido, botou em outro lugar e foi embora. Quando o rapaz saiu de volta, cadê o indígena! Ele já tinha ido. O cunhado o chamou de volta, falou que tinha os filhotes de arara, mas o indígena não lhe deu atenção. O cunhado passou muitos dias no morro sem comer e sem beber água, chegou até beber o xixi. Depois de muitos dias, uma onça macho passou pelo local, viu o rapaz e chamou: “Ei, o que você está fazendo aí?” Ele respondeu: “Fui deixado por um indígena, ele me trouxe para eu tirar os filhotes de arara vermelha, mas eu o enganei, pois peguei duas pedras no caminho, joguei no chão, as quais quebraram igual a um ovo de arara. Por isso, ele me deixou aqui.” A onça macho falou para o rapaz: “Jogue esses filhotes para eu comer logo e depois desce para eu levar você onde eu moro.” O rapaz ficou com medo, pensando que a onça ia comê-lo, mas assim mesmo, ele entrou e pegou os filhotes de arara e os jogou e a onça os comeu. Depois a onça o chamou: “Desce, vamos caminhar porque é longe onde eu moro.” O rapaz desceu com medo. A onça deu até um susto, mas estava só brincando com ele. O pegou e foram embora, sem o rapaz saber para onde ele estava sendo levado. Quando eles chegaram no córrego para atravessá-lo, o rapaz com muita sede falou para a onça: “deixa eu beber essa água.” Mas a onça falou para ele: “Não, essa água você não pode beber, porque essa água é do urubu, a gente não bebe.” Eles continuaram a viagem e quando chegaram a outro córrego o rapaz queria beber água, porque estava com muita sede, mas a onça outra vez não o deixou beber e falou para ele: “Não, você não pode beber essa água porque essa água é do curió, por isso a gente não bebe.” Eles continuaram andando até chegarem a outro córrego e o rapaz continuava querendo beber água, mas a onça falou para ele outra vez: “Você não pode beber essa água porque ela é da pipira. Eles continuaram a viagem e finalmente chegaram na água boa que a onça bebe e a gente bebe também. O rapaz bebeu tanto que a onça falou para ele: “Ei, para de beber, você vai beber a água toda, vamos embora. Finalmente eles chegaram na casa onde estava a onça fêmea. Quando a onça fêmea viu o rapaz, falou para a

onça macho: “Para que você está trazendo esse menino magro, este menino tão feio “A onça macho respondeu:” Vamos criar este menino, dê comida para ele. Vá moquear carne. E ela moqueou carne e só eles que já tinham fogo, então, o menino comeu a carne moqueada, a carne assada. O menino comeu muito, ficou forte, ficou bonito. O tempo, porém, foi passando e na aldeia os parentes, a mãe e os irmãos todos estavam com saudade do menino que não voltava. Um dia, a onça macho falou para o menino: “Eu vou levar você para a sua aldeia onde os seus parentes estão esperando há muito tempo.” Quando a onça macho estava pintando o menino, ele deu conselho, para ele, se a mulher for atrás de você pode matar ela. Ele também fez um arco com várias flechas e uma lança para o menino. No outro dia, eles foram, a onça macho e o menino. No caminho, a onça macho falou para o menino: “Se tiver qualquer perigo você está preparado para defender. Se a mulher, a onça fêmea, vir atrás de você, você pode matar.” A onça macho deixou o menino perto da aldeia e foi embora. Quando o menino caminhou um pouco, a onça fêmea chegou atrás dele. Ela quis comê-lo, mas o menino estava com o arco e flechas e a lança. Ele subiu numa árvore e a onça atrás dele. Enquanto ela subia atrás dele, o menino atirou a lança contra ela, bem na clavícula. A onça fêmea morreu, pois, o menino a matou com sua lança e não usou arco e flechas. Depois, o menino desceu e foi andando, chegou perto da aldeia e ficou parado. Nessa hora, os irmãos dele estavam caçando lagartos e de repente o viram. Eles correram de volta para a aldeia, contaram para a mãe deles. No entanto, a mãe não acreditou nos filhos, já que fazia muito tempo que ele havia sumido. No outro dia, eles foram caçar de novo no mesmo lugar onde o menino estava novamente. Foram avisar a mãe e ela foi com eles. Quando ela viu o filho, chorou muito, o abraçou e levou o filho para a aldeia. Todas as pessoas da aldeia se juntaram e choraram. Todos estavam com saudades e perguntaram ao menino o que aconteceu, porque foi que sumiu, sem nunca mais voltar. O menino contou tudo. Mais tarde o menino falou à mãe: “Vai buscar os cofos cheios de carne moqueada que a onça macho deixou perto da aldeia.” Quando chegaram com carne moqueada, todas as pessoas da aldeia queriam saber como que a carne havia sido moqueada. Todas as pessoas da aldeia experimentaram a carne moqueada e gostaram muito. Perguntaram ao menino, mas ele não quis falar para ninguém. Foi um velho perguntou ao menino, mas ele não contou para ele. Quando foi o tio materno do menino tio legítimo a perguntar a ele “sobrinho, conte como aconteceu se a carne foi assada na pedra quente e onde foi moqueada.” Para o tio materno o menino contou tudo; “foi no fogo que a carne foi moqueada.” Em seguida, o menino falou, “vamos buscar este fogo”. Todos deviam se pintar, todos deviam se enfeitar. Todos se enfeitaram e todos se pintaram com pau de leite e urucum como menino mandou. No outro dia bem cedinho saíram da aldeia para buscar o fogo. Quando eles chegaram onde estava o fogo, viram o fogo que era bem grande, pois a onça macho tinha colocado um jatobá muito pesado para fazer fogo. Quando eles viram o jatobá grande aceso, ficaram assustados e eles perguntaram: “quem vai suspender este fogo, para carregar?” “A anta disse: “eu vou.” Todos disseram: “você não vai. Você vai carregar este fogo no meio da chapada, por isso não vai carregar.” Quem vai então? “Eu vou suspender o fogo” foi o veado que falou isso. Todos foram ajudar a carregar o fogo para a aldeia. O fogo foi colocado bem no meio do pátio da aldeia. O fogo foi dividido e repartido entre todas as pessoas da aldeia. Cada um pegou a sua parte, os seus fogos e a partir daí todos os Xerente tiveram fogo nas suas casas, para moquear carne de caça, assar e cozinhar. Naquela época todos os bichos do mato falavam, pois todos que participaram de carregar fogo naquele dia, viraram bichos. Ex: Seriema que participou de carregar, “ela estava pegando as brasas que caíram no chão e passando nas duas pernas”. Por isso as pernas de Seriema são vermelhas. Mutum fez a mesma coisa. Ele foi comendo as brasas que estavam caindo no chão, por isso o pescoço dele é vermelho. Assim fizeram outros animais Tatupeba vinha cavando e botando as brasas para não pegar fogo no mato. Para os Xerente antigamente as caças também eram gente, falava como gente, mas quando descobriram fogo todos viraram bichos.

O mito da origem do fogo é muito importante para nós indígenas, assim como o surgimento do fogo representa muito para a humanidade em geral, aqui me refiro ao fogo

quando bem usado. O fogo representa um divisor de águas entre nós indígenas, em seus vários sentidos, pois sua importância vai desde o cozimento dos alimentos, ao aquecimento das pessoas, dentre outros.

3 NOS DIAS DE HOJE, ONDE HÁ FUMAÇA HÁ BOI E MONOCULTURA

O estado do Tocantins² foi criado em 5 de outubro de 1988 (nota de rodapé) e está situado na Amazônia Legal a qual engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Apesar de sua grande extensão territorial, a região tem apenas 21.056.532 habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional e a menor densidade demográfica do país (cerca de 4 habitantes por km²). Nos nove estados residem 55,9% da população indígena brasileira, cerca de 250 mil pessoas, segundo a FUNASA. (Dicionário Ambiental, 2014).

De acordo com Gonçalves (2012), a Amazônia, não é homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada, apresenta um grande contraste com a visão externa, a de que é uma região homogeneizadora, vista como Natureza, como Floresta, como “Atrasada”, como Reserva de Recursos, como Futuro do Brasil, com o presente vivido em seus diferentes contextos socioculturais específicos, por populações que forjaram o seu patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas.

O autor diz ainda que:

A Amazônia é, sobretudo, diversidade. Em um hectare de floresta, existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e da terra firme. A Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima ao norte, e a da Serra dos Carajás no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. **Há a Amazônia dos cerrados**, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas. (GONÇALVES, 2012, P. 9) (grifos nossos)

2

Nosso estudo está situado na Amazônia dos Cerrados, mais especificamente no estado do Tocantins, município de Tocantínia, território do povo indígena Akwê Xerente, o qual vem sendo acometido pelo fogo e por isso a criação, manutenção e ampliação da Brigada do Fogo. Dados contidos no Atlas de Pressões e Ameaças a Terras Indígenas na Amazônia

2

2

O estado do Tocantins foi criado pelo Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988, situado na Amazônia Legal que é composta por nove estados, a saber: a Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense. (Dicionário Ambiental, O que é a Amazônia Legal, 20 de novembro de 2014, disponível em <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20%C3%A9%20uma,e%20parte%20do%20Pantanal%20matogrossens>).

Brasileira, organizado por Arnaldo Carneira Filho e Oswaldo Braga de Sousa (2009, p. 32), já apontavam a emergência de prevenir e conter queimadas e incêndios florestais, como um dos maiores desafios socioambientais da Amazônia e das terras indígenas e ainda que entre 1997 e 1998, o fenômeno climático *El Niño*, produziu uma seca em Roraima, que criou as condições para um incêndio que atingiu uma área estimada em até 40,6 mil quilômetros quadrados, cerca de 18% do estado, incluindo parte de TIs como a Yanomami. Segundo lideranças indígenas, 1,1 mil famílias indígenas foram atingidas. Perderam casas, sofreram com falta de água e alimentos. Alguns chegaram a ficar isolados. Um total de pelo menos 2,2 mil hectares de roças teriam sido devastadas.

Neste capítulo, apresentaremos também dados a partir de compilações pela ONG Mercy For Animals e fazem parte de estudo que mostra correlação entre pecuária e fogo. A matéria escrita por Lucas Weber (2014), identifica que a capital da pecuária brasileira é São Félix do Xingu (PA), tendo sido a campeã em incêndios neste ano. O município possui 65 mil habitantes, concentra mais de 2,5 milhões bois no seu território e registrou 2.522 focos de incêndios entre janeiro e a primeira quinzena de setembro de 2024.

Os dados compilados pela ONG Mercy For Animals fazem parte de um estudo maior que mostra a correlação entre a pecuária e o fogo no país. Entre os dez estados com maior número de incêndios neste ano, oito também são os que têm maior rebanho bovino no território. Mato Grosso e Pará concentram o maior número de cidades da lista. George Sturaro é Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas da Mercy For Animals, em entrevista ao programa Bem Viver afirmou “A gente pode dizer que o boi segue no rastro do fogo, que vem depois do desmatamento”, e ainda “Existe um ciclo histórico de destruição dos biomas brasileiros impulsionado pela expansão da pecuária bovina e também da monocultura, principalmente da monocultura de soja, cuja maior parte é destinada à alimentação de animais criados em confinamento, porcos, galinhas, frangos”. Sturaro explica que a pecuária utiliza o fogo em dois momentos. Primeiro, é para “limpar” uma área que foi recém desmatada. Ou seja, o fazendeiro derruba as árvores de maior porte e o restante da vegetação é destruída pelo fogo, para preparar o terreno para o pasto.

Destaca-se que o impacto da pecuária e monocultura no estado do Tocantins é evidente não apenas nas questões ambientais, mas também nas socioeconômicas. O Cerrado, conhecido como a "caixa d'água" do Brasil, tem sofrido com desmatamentos e queimadas, muitas vezes associados à expansão do agronegócio. Conforme exposto por Sturaro (2014), a pecuária e a monocultura, como a de soja, têm se expandido de forma significativa, utilizando práticas de desmatamento e queimadas para limpeza de áreas. Esse modelo de produção

acaba por prejudicar o equilíbrio ecológico e impacta diretamente a biodiversidade da região. "A utilização do fogo no processo de expansão agrícola tem causado danos irreversíveis ao Cerrado, promovendo não só a destruição da vegetação nativa, mas também a redução da capacidade hídrica da região, afetando os ciclos naturais e o modo de vida das populações tradicionais" (Sturaro, 2014).

Os impactos dessa expansão não são apenas ambientais, mas também afetam diretamente as comunidades indígenas e tradicionais que vivem no Cerrado. Conforme evidenciado por Gonçalves (2012), essas populações têm um profundo conhecimento dos ecossistemas e uma relação harmoniosa com o meio ambiente, e a destruição causada pelo agronegócio compromete suas formas de subsistência.

Além disso, essas mudanças forçadas no uso da terra pressionam os povos indígenas a adotarem práticas e modelos que muitas vezes entram em conflito com seus modos de vida ancestrais. Apesar disso, o tópico a seguir, apresentará a importância e resistência desse povo na preservação, por meio do fortalecimento das brigadas indígenas.

3.1 Incêndios em territórios indígenas no Tocantins e Brigadas Indígenas no Tocantins

A matéria intitulada Queimada em terra indígena destrói até casa e muda festas tradicionais, escrita por Matheus Leitão em seu Blog. Foram quase 140 focos de queimadas registrados no Território indígena Akwẽ -Xerente, no Tocantins, desde o começo de agosto até 27 de setembro de 2019. Na área que fica no Cerrado, um dos focos chegou à aldeia São José e destruiu a casa de Neli Pereira Xerente, de 45 anos. As queimadas que chegaram a desalojar uma família do povo Akwẽ -Xerente também afetaram outros povos, afugentando caças, dizimando roças, plantações, árvores com frutas nativas e adiando eventos culturais. (Bom dia Tocantins Jornal matinal da TV Anhanguera dia 06 de setembro de 2024)

No Tocantins existem seis brigadas indígenas, são elas:

1. Brigada Indígena do povo Apinajé: atualmente conta com 22 indígenas. Foi criada em 2014 em um território de cerca de 142 mil hectares. A terra indígena Apinajé faz fronteira com os municípios de Tocantinópolis, Marilândia, Cachoeirinha e São Bento, e sua população é de aproximadamente 3.000 pessoas.
- 2. Brigada Indígena do povo Krahô: são 24 brigadistas e sua terra é composta de 302.533 hectares, localizada próximo aos municípios de Itacajá e Goiatins. Sua população é de 4.000 pessoas.
- 3. Brigada indígena da Ilha do Bananal: vivem os povos Javaé, Karajá e livres/isolados,

em mais de 5 mil indígenas. Atuam 60 brigadistas em um território de 19.162 km². Nessa brigada trabalham em conjunto indígenas Javaé e Karajá.

- 4. Brigada indígena do povo Akwê -Xerente: são 183.542 hectares às margens do rio Tocantins, com aproximadamente 4.500 pessoas, subdivididas em duas Terras Indígenas, a Funil e a Xerente. Na Terra Indígena Akwê -Xerente, 29 mulheres atuaram como brigadistas voluntárias, além de 22 brigadistas homens. O município de abrangência é Tocantínia, Pedro Afonso e Rio Sono.
- 5. Brigada indígena do povo Krahô Kanela: São 7 brigadistas voluntários que atuam na Terra Indígena Mata Alagada, no município de Lagoa da Confusão. Sua população é de 150 pessoas e seu território é de 7.706,63 hectares.
- 6. Brigada Indígena do povo Karajá de Xambioá: A população nesse território é de 500 indígenas e sua área compreende um total de 3.326 hectares, em Santa Fé do Araguaia. A brigada tem 2 indígenas contratados pela prefeitura municipal.

3

Reconhece-se neste trabalho que as brigadas indígenas desempenham um papel crucial na proteção e preservação dos territórios tradicionais, especialmente diante do crescente avanço da monocultura e das queimadas descontroladas. Sua importância reside não apenas no combate direto aos incêndios florestais, mas também na integração do conhecimento ancestral com práticas técnicas modernas, promovendo o manejo sustentável das terras.

Ao proteger as florestas, as brigadas contribuem para a segurança alimentar e Cultural das comunidades indígenas, além de fortalecer a autonomia desses povos na defesa de seus direitos territoriais. Além disso atuam como agentes de educação ambiental, disseminando práticas de preservação que valorizam o bioma e reforçam a identidade cultural indígena, tornando-se fundamentais para a resistência e o protagonismo dos povos originários na luta pela sustentabilidade e justiça social.

3

3.2 Brigadistas Akwê -Xerente falam de sua experiência no Prevfogo

O povo Akwê -Xerente, antes de ouvir os mais jovens, no caso dos brigadistas, sempre ouvem um ancião, pois eles são os guardiões da cultura, a palavra deles deve vir

³ Fonte: <https://agroefogo.org.br/dossie/resistindo-aos-incendios-saberes-tradicionais-nas-brigadas-indigenas-no-Tocantins/>

sempre em primeiro lugar para falar sobre determinado assunto. Para fazer a abertura do tema recorreremos ao Antônio Miró Xerente, ancião que ancestralizou recentemente, solicitei que ele falasse sobre a Brigada do fogo, o Prevfogo. Ele iniciou sua fala dizendo que:

O Cerrado é muito importante para os indígenas e a comunidade Xerente, historicamente em geral tem um apoio muito grande com relação trabalho dos brigadistas um reconhecimento pelo trabalho que tem acontecido na terra indígena xerente, um trabalho de preservação e combate ao incêndio florestais, apresentado um avanço muito grande com relação ao incêndio, então praticamente mudou a estação de incêndio que geralmente é agosto, setembro e outubro.

Sendo ele um dos guardiões da cultura, está sempre atento a tudo que inclui a cultura e os modos de vida do povo indígena Xerente. Assim ele esclareceu que culturalmente, a tradição indígena é incorporada à forma técnica atual. Ele afirmou que:

Assim se faz a queima prescrito, esse fogo tradicional no mês de maio é menos prejudicial então a eliminação do combustível e aí consequentemente se diminuem os grandes incêndios pois já se faz o trabalho de preventivo, antes o fogo entrava nas matas e nas nascentes e matava todas as árvores por serem sensível ao fogo , agora não tão morrendo mas , se observa que houve sim um resultado super positivo, pensando pelo ponto de vista ecológico e ambiental, nas terras indígenas Xerente, então sem sombra de dúvida muitas frutas ,as casas que todo ano queimava 2,3,4,dos incêndio se vê a redução de casa queimadas no incêndio , as vezes acontecem mas por acidente, porque se faz o trabalho de prevenção próximo das aldeias , então isso sem contar a uma valorização da cultura tradicional. (ANTÔNIO MMËRKOPTE XERENTE, Julho 2023)

Ele continuou a narrativa dizendo que:

Por isso, sempre buscando o conhecimento na oralidade com os anciãos, e os mais velhos, um trabalho educativo nas comunidades, nas escolas, então isso tudo vem fazendo com que ao longo do tempo houve um avanço, lógico que precisa um avançar muito com a continuidade do trabalho de educação ambiental, na certeza de resultados futura e melhoras. (ANTÔNIO MMËRKOPTE XERENTE, Julho 2023)

Na fala do ancião é possível perceber a importância da educação ambiental nessa relação com o Cerrado, entre os brigadistas e a comunidade.

Observa-se que os anciões admiram o fogo, mas tem cuidado com suas consequências. Todas as utilizações são planejadas, o uso do fogo é feito sempre nas épocas adequadas, tendo como referência os sinais da natureza. Todo o processo de diálogo almejava um único objetivo, utilizar a experiência dos anciãos integrada a novas técnicas para aplicar o fogo nas épocas e locais predeterminados, manejando o material combustível, favorecendo a frutificação, impedindo a formação de grandes frentes de fogo e para facilitar as ações de combate.

O bom andamento das atividades envolvendo o Estado e a Comunidade Indígena está no desenvolvimento das ações de forma coletiva dando aos envolvidos o direito e liberdade de expressão e respeitando acima de tudo o posicionamento de cada indivíduo, assim os erros são reduzidos e os laços de confiança aumentados, somente após isso se entende que o segredo está não apenas em quem sabe mais, e sim na humildade de fazer juntos em busca do mesmo objetivo, nunca trabalhar de forma paralela aos envolvidos, pois isto gera atritos e problemas no resultado final da ação.

O Estado Brasileiro e a Comunidade Indígena desenvolvendo ações harmônicas e integradas darão ao meio ambiente brasileiro muita proteção e segurança, em consequência disso as pessoas terão dias menos poluídos e gratificantes.

Ouvimos o Especialista em Manejo Integrado do Fogo, (Program Specialist Integrated Fire Management, Programa Brasil, U, S. Forest Service International Programa, sobre esse programa ele esclareceu que:

O Prevfogo é bem antigo, só que o Ibama não trabalhava diretamente com a comunidade indígena. O Ibama trabalhava nos município assim foi mudando as política e no entendimento ficou que o município cuidava do município, o estado cuidava do estado e Governo Federal cuidava das terras da União, como a terra indígenas é uma terra da União, então a responsabilidade do Ibama do Prevfogo ai viu assim com mais clareza o trabalho do Ibama, porque estava dentro da comunidade até então Ibama trabalhava no município, ele não era trabalho mas direcionado específico com a comunidade indígena, era fazenda, chácara. (PEDRO PAULO GOMES DA SILVA XERENTE, Setembro 2023).

Afirmou ainda que:

A terra indígena Xerente Funil, era tudo aí terminando que não ficava às vezes tão claro assim, como passou dentro comunidade indígena, contratando os próprios indígenas para ser um brigadista, os mesmos têm vínculo dentro da comunidade tudo assim passou, mas visibilidade no trabalho de Prevfogo. (PEDRO PAULO GOMES DA SILVA XERENTE, Setembro 2023).

Ouvimos João Wellington Xerente, um dos brigadistas mais experientes, mais especializado por ser um dos primeiros a trabalhar com isso, segundo a informação dele, ele avalia que:

No começo a comunidade Xerente teve resistência pela orientação dos brigadistas, principalmente na orientação do manejo de queimada para preservação do meio ambiente. O trabalho é lento, e de cuidado com a fala para não contrariar o conhecimento milenar. É uma cultura diferente e assim o respeito com os anciãos e os mais velhos. (JOÃO WELLINGTON XERENTE, novembro 2023).

As mulheres indígenas também estão inseridas na brigada, como é o caso de Ana Shirley Xerente e outras mulheres indígenas, ambas são brigadistas que trabalham

diretamente com a comunidade, são responsáveis pelas palestras educativas nas aldeias e escolas. De acordo com ela, “Hoje em dia a aceitação dos brigadistas na comunidade é bem aceito pois sempre tem alguém da comunidade inserido, cumprindo com seu trabalho para o bem de todos. (ANA SHERLEY XERENTE, março 2024).

A partir do que verifiquei junto aos brigadistas e da própria comunidade indígena, foi possível identificar que há aceitação por parte da comunidade, em relação ao trabalho dos brigadistas e isso é de suma importância para conservação do Cerrado, manutenção do bioma que é fundamental para a vida do povo Akwê-Xerente.

Na Área indígena do povo Akwê-Xerente existem programas para preservação da natureza e um desses é o Prevfogo que trabalha com o objetivo de prevenir e combater incêndios na Terra Xerente e Funil. Os brigadistas passam por um processo seletivo anualmente, a fim de selecionar, capacitar e contratar brigadistas a fim de exercer a função de servidor temporário por seis meses, baseado em decreto emergencial do governo federal, que permite este trâmite de contratação.

Após o processo de formação, os brigadistas recebem EPIs (Equipamento de Proteção Individual) para garantir a sua segurança pessoal durante as atividades de Prevenção e Combate aos Incêndios.

Segundo Pedro Paulo Gomes da Silva Xerente, Especialista em Manejo Integrado do Fogo, (Program Specialist Integrated Fire Management, Programa Brasil, U. S. Forest Service International Programa, “Os brigadistas indígenas são fundamentais para o sucesso das ações desenvolvidas, pois além de conhecimento amplo do território de atuação, conseguem desenvolver suas atividades em forte articulação com seu Povo, sendo sempre explicados”. (Pedro Paulo Gomes da Silva Xerente)

Figura 1 - Brigadistas mulheres do Povo Xerente ‘



Fonte: Arquivo ABIX- ANA SEHLEY XERENTE

Figura 2 - Brigadistas Xerente do sexo masculino



Fonte: Arquivo ABIX- ANA SEHLEY XERENTE

Por meio das fotos apresentadas, reforça-se que o trabalho das brigadas, especialmente no caso do povo Xerente, revela uma importante interação entre o saber tradicional e o conhecimento técnico. Como mencionado por Antonio Miró Xerente, os anciãos desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e na transmissão de práticas sustentáveis. É por meio desse diálogo Inter geracional que as comunidades conseguem encontrar soluções adaptadas às novas realidades ambientais, sem perder de vista suas raízes e tradições. A inclusão dos anciãos nas decisões sobre o manejo do fogo e a preservação das florestas demonstra o valor do conhecimento ancestral em estratégias de desenvolvimento sustentável.

Figura 3 - Queimadas no TO



Fonte: Arquivo ABIX- ANA SEHLEY XERENTE

Figura 4 - Brigadistas na Aldeia



Fonte: Arquivo ABIX- ANA SEHLEY XERENTE

Figura 5 - Brigadistas atuando



Fonte: Arquivo ABIX- ANA SEHLEY XERENTE

De modo geral, afirma-se que as brigadas também enfrentam a difícil tarefa de conciliar as demandas locais com as políticas ambientais nacionais, que nem sempre consideram as particularidades das populações indígenas e dos biomas que habitam. O fogo, que para as comunidades tradicionais é uma ferramenta de manejo, é muitas vezes visto pelas políticas públicas de maneira uniforme, sem a devida distinção entre o uso tradicional e o uso predatório para a expansão da monocultura. Assim, é fundamental que as políticas de manejo do fogo sejam desenhadas de forma a reconhecer as especificidades culturais e ecológicas de cada região, garantindo que o saber local seja incorporado ao planejamento ambiental de maneira efetiva.

Finalmente, não se pode deixar de abordar o papel das mulheres indígenas nesse processo. Como apontado por Ana Shirley Xerente, as mulheres têm desempenhado um papel central na conscientização das comunidades, especialmente em iniciativas de educação

ambiental. A atuação delas é uma demonstração do papel cada vez mais relevante que as mesmas têm assumido na liderança de suas comunidades, tanto na defesa do território quanto na promoção de mudanças sociais. Isso reflete uma dinâmica que vai além das questões ambientais, impactando a própria organização social e a valorização das mulheres dentro das comunidades indígenas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a temática das brigadas indígenas, especialmente no contexto dos brigadistas Akwê-Xerente, revelou-se um desafio profundo, mas uma oportunidade de refletir sobre o bem viver da humanidade em meio a um cenário de crescente destruição ambiental, impulsionada pela ganância do capitalismo em nosso país. Este assunto, que deveria ser de interesse comum, tornou-se acessível para o debate, mas, lamentavelmente, ainda são poucas as iniciativas efetivas da sociedade voltadas à preservação da natureza. A pesquisa evidenciaram que os brigadistas indígenas enfrentam inúmeros desafios na sua missão de proteger o meio ambiente, que é fundamental para a sobrevivência da sociedade humana. Apesar da luta constante e dos obstáculos que se apresentam, é encorajador perceber que, mesmo em face da adversidade, há uma resistência significativa e uma resiliência admirável por parte dessas comunidades.

Assim, ao refletir sobre a atualidade, é evidente a importância crucial da preservação e do manejo sustentável do cerrado, um bioma rico e diversificado que sustenta tanto a cultura indígena quanto a biodiversidade. Durante todo o estudo, senti-me profundamente inserida nesse contexto e, apesar dos desafios enfrentados, percebo que o trabalho dos brigadistas é um exemplo de êxito e de esperança. Essa experiência me mostrou que, embora ainda haja um longo caminho a percorrer, a dedicação e a coragem desses brigadistas podem servir como inspiração para ações coletivas e mudanças significativas. Desse modo, é essencial que a sociedade reconheça e valorize o papel fundamental dos povos indígenas na preservação ambiental, promovendo políticas públicas que apoiem suas iniciativas e garantam seus direitos. Somente assim poderemos trilhar um caminho rumo a um futuro mais justo e sustentável, onde o bem viver e a conservação da natureza andem lado a lado.

A luta dos brigadistas indígenas Akwê-Xerente não se limita apenas à preservação do cerrado, mas também abrange a defesa de seus modos de vida, tradições e conhecimentos ancestrais. Esses saberes são fundamentais para a gestão sustentável dos recursos naturais, pois refletem uma profunda conexão com a terra e um entendimento holístico da ecologia. Em um mundo onde a exploração desenfreada e a degradação ambiental são cada vez mais evidentes, a valorização das práticas tradicionais dos povos indígenas se torna uma estratégia indispensável para a promoção de um desenvolvimento que respeite.

Os limites da natureza. Ao reconhecer e integrar esses conhecimentos nas políticas públicas e nas ações de conservação, é possível criar um modelo que não apenas preserva a biodiversidade, mas também empondera as comunidades locais e garante seus direitos.

Finalmente, a conscientização sobre a importância das brigadas indígenas e a urgência de sua atuação deve ser uma prioridade para a sociedade como um todo. Isso implica não apenas na educação e sensibilização do público em geral, mas também na mobilização de recursos e no apoio a iniciativas que promovam a autonomia e a capacitação dos povos indígenas. Investir em programas de formação e em parcerias que reconheçam a liderança dos brigadistas indígenas pode amplificar seus esforços e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável. Portanto, é imperativo que continuemos a dialogar sobre esses temas, promovendo ações concretas que não só respeitem, mas celebrem a riqueza cultural e ambiental que os povos indígenas representam, garantindo assim um legado de preservação e harmonia entre a humanidade e a natureza.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mônica Andréa Oliveira. **Políticas de ação afirmativa e ensino superior: a experiência do curso de graduação em Serviço Social da Puro**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Natureza Jurídica, Brasília, 2007. Disponível em: <http://permanencia.mec.gov.br/index.html>, acesso em: 23/07/2019.

CARVALHO, José Jorge de. As Ações Afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. **Teoria e Pesquisa**, 42e 43, janeiro – julho de 2003. Disponível

CAVALCANTE, Cláudia Valente. **Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro**. 2014. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Manifesta**. Necessidade de enfrentamento das expressões da questão ambiental, que é também social”. Quarta, 05 de junho de 2024. Disponível em <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2127>, acesso em 31.08.2024.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Manifesta: dia da luta indígena**. Brasília: 2011. Disponível

CONCEIÇÃO, Antônio Veríssimo da. MARTINS, Eliane Franco Martins, NUNES, Geovane Gomes. **Resistindo aos incêndios: saberes tradicionais nas brigadas indígenas no Tocantins**. Disponível em <https://agroefogo.org.br/dossie/resistindo-aos-incendios-saberes-tradicionais-nas-brigadas-indigenas-no-tocantins/>.

COTAS foram silenciosas no Brasil, afirma especialista. Disponível em >
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em 15/12/2021.

CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naifa, 2009.

DAFLON, Verônica Toste. FERES JUNIOR, João. CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**. v. 43, n. 148 p. 302-327 jan. / Abril 2013.

DICIONÁRIO AMBIENTAL, O que é a Amazônia Legal, 20 de novembro de 2014, disponível em <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20%C3%A9%20uma,e%20parte%20do%20Pantanal%20matogrossense>).

Em http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufscar_artigo_2003_JJdeCarval
Em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta
Site.pdf>. Acesso em 10 dezembro de 2021.

FARIAS, Agenor. **Fluxos Sociais Xerente: Organização Social e Dinâmica das Relações entre aldeias**. Orientadora Profa. Dra. Maria Aracy de Paula Lopes da Silva. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em

Antropologia).

<file:///C:/Users/clien/Documents/Atividades%20aulas/Conhecimento%20de%20popula%C3%A7%C3%B5es%20tradicionais%20como%20possibilidade%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20natureza.pdf>.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 mai. / Jun. 1995. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?for=mat.=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 dezembro 2021.

GONÇALVES, Carlos Valter Porto. **Amazônia, Amazonas**. 3ª edição, São Paulo. Contexto, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Dos Cerrados e de suas Riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Organizadoras: Diana Aguiar (FASE) e Valéria Pereira Santos (CPT); (LEMTO-UFF) – Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019. ho.pdf. Acesso em 04.12.2021.

https://www.researchgate.net/publication/342210970_Capitulos_fichados_PASSERINI_Luisa_feridas_da_memoria_identidade_feminina_e_violencia_politica_In_A_memoria_entre_politica_e_emocao_Sao_Paulo_Letra_e_Voz_2011. Acesso em 06 de novembro de 2022.

LEITÃO, Matheus. **Queimada em terra indígena destrói até casa e muda festas tradicionais**. G1. Blog do Matheus Leitão, 11/10/2019. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/10/11/queimada-em-terra-indigena-destrói-até-casa-e-muda-festas-tradicionais>. Ghtml.

MARTINELLI, Maria Lúcia; LIMA, Neusa Cavalcante. **Entrevista na história oral**: campo de mediações na intervenção e pesquisa. IN: MARTINELLI, Maria Lúcia. A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto. São Paulo, Cortez: 2019.

MELO, Valéria M. C. de & GIRALDIN, Odair. Os Akwẽ Xerente e a busca pela domesticação da escola. **Tellus**, ano 12, n. 22, p. 177-199, Jan. /Jun. 2012 Campo Grande, MS.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. RJ: Jorge Zahar, 2009.

MINDLIN, Betty. **O fogo e as chamas dos mitos**. Estudos Avançados, 16 (44), 2002.

PASSERINI, Luisa. Feridas da memória: identidade feminina e violência política. In: **Repetir nome de autor por extenso**. A memória entre política e emoção. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEREIRA, Bárbara Elisa e DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul. / Dez 2010. Editora UFPR, 2010. Disponível em

PEREIRA, Cícero Valdeir **Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade**: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). 2011. 183 f.: il. Color, enc.; 30 cm.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética

na História Oral. IN: PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta (Org.). Ética e História oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 15. São Paulo, 1981.

RIBEIRO, Rafael de Freitas Schultz. Estudo sobre as ações afirmativas. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 31, p. 165-190, 2011.

SANTOS, João Paulo de Faria. **Ações Afirmativas e Igualdade Racial**: a contribuição do direito na construção de um Brasil diverso. São Paulo: Loyola, Brasil, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas Universidades**: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012.

SCHMIDT, M. **Nova História crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2007.

SOARES, Fabio Veras et al. **Programas de transferência de renda no Brasil**: impactos sobre a desigualdade. 2006.

SOUSA, Letícia; PORTES, Élcio. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 92, n. 232, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Pró-Reitoria de extensão, cultura e assuntos comunitários – PROEX. **Criação das Políticas de Ações Afirmativas da UFT**. Palmas, TO, 2021.

WEBER, Lucas. **Onde há fumaça, há boi: estados líderes na pecuária concentram mais incêndios**. ICL Notícias, Brasil de Fato. 02/10/2024. Disponível em [https://iclnoticias.com.br/estados-lideres-na-pecuaria-concentram-maior-numero-de-incendios/#: ~: texto=O%20munic%C3%ADpio%20de%2065%20mil, e%20o%20fogo%20no%20pa%C3%ADs](https://iclnoticias.com.br/estados-lideres-na-pecuaria-concentram-maior-numero-de-incendios/#:~:texto=O%20munic%C3%ADpio%20de%2065%20mil,%20e%20o%20fogo%20no%20pa%C3%ADs).